Art. 11.º As câmaras municipais deverão organizar e manter actualizado o cadastro das casas de renda limitada construídas nos seus concelhos.

Art. 12.º As casas de renda limitada ficam para todos os efeitos abrangidas pelas disposições em vigor nos respectivos concelhos sobre conservação e beneficiação de prédios, sendo gratuitas as licenças camarárias para tais obras durante o período de isenção de contribuição predial.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Abril de 1947. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caetano da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

Decreto-lei n.º 36:213

Verificando-se, de momento, a necessidade de reservar a concessão de facilidades à construção de prédios para habitação apenas àqueles que revestem maior interesse social;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. As isenções concedidas pelo decreto-lei n.º 31:561, de 10 de Outubro de 1941, à construção de prédios novos compreendidos no 5.º escalão das alíneas a), b), c) e d) do artigo 1.º do mesmo diploma não serão aplicáveis aos prédios cujo rendimento colectável anual por habitação exceda 12.000\$.

§ único. O disposto neste artigo não é extensivo aos prédios em construção ou a construir em terrenos para o efeito adquiridos à data da publicação do presente decreto-lei.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Abril de 1947. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caetano da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.*

MINISTÉRIOS DAS OBRAS PÚBLICAS E DA ECONOMIA

Decreto-lei n.º 36:214

Considerando a necessidade de pôr termo à constante e tantas vezes injustificada variação dos preços dos materiais de construção de fabrico nacional e bem assim

de assegurar à edificação de casas de habitação de rendas pré-estabelecidas os preços em vigor para esses materiais à data do início da respectiva construção;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os preços de venda dos materiais de construção de fabrico nacional não poderão exceder os limites máximos fixados pelo Ministro da Economia.

§ único. Até à fixação desses limites consideram-se como tais os preços vigentes no dia 1 de Março de 1947.

Art. 2.º Os fabricantes ou vendedores de materiais de construção poderão ser obrigados, por despacho do Ministro da Economia, a conceder prioridade aos fornecimentos destinados à execução de obras do Estado ou dos corpos administrativos e à construção de casas de renda económica ou de renda limitada.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo, o Ministério das Obras Públicas indicará ao da Economia as obras em relação às quais aquela prioridade é julgada necessária, referindo as espécies e quantidades dos materiais a fornecer.

§ 2.º Cumpre aos organismos corporativos ou de coordenação económica que superintenderem na produção e comércio dos materiais abrangidos no fornecimento dar imediata execução às ordens de prioridade dimanadas do Ministro da Economia, indicando, de harmonia com a localização das obras e as facilidades de transporte, os fabricantes ou vendedores a quem incumbe o fornecimento.

Na falta de organismo competente, serão as ordens de prioridade comunicadas directamente pelo Ministério da Economia aos fabricantes ou vendedores.

Art. 3.º Relativamente à mesma obra em curso, de construção de casas de renda económica ou de renda limitada, o custo dos materiais para ela requisitados não poderá ser aumentado desde a data da primeira requisição até à data prevista para conclusão da obra, ainda que, nos termos do artigo 1.º, os preços dos mesmos materiais sofram, entretanto, alteração que implique o seu agravamento.

§ único. Se a obra não for concluída dentro do prazo previsto por virtude de atraso da entrega dos materiais, imputável ao fornecedor, aplicar-se-á o disposto neste artigo até ao último fornecimento necessário para a conclusão da obra, sem prejuízo das sanções que no caso couberem.

Art. 4.º A recusa do fornecimento de materiais em harmonia com as prioridades estabelecidas nos termos deste decreto-lei será punida como açambarcamento e o desvio dos materiais do fim expresso para que foram requisitados com prioridade será punido como especulação, incorrendo, além disso, os empreiteiros nas sanções prescritas no decreto-lei n.º 34:344, de 28 de Dezembro de 1944.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 7 de Abril de 1947. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellia de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caetano da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.*